

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.375.001 - DF (2018/0254420-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : HELENA OLIVEIRA DE SOUZA
AGRAVANTE : TEREZINHA DE OLIVEIRA FRANCA
AGRAVANTE : RENNAN LOPES DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : NAYARA LOPES DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : KEYLA LOPES DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : IVONETE DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : JANAINA DOS SANTOS ALVES
AGRAVANTE : HELENA LOPES PENETRA DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : EMILIANO CÂNDIDO PÓVOA E OUTRO(S) - DF003845
EDISALDO SOARES DE ANDRADE - DF007312
AGRAVADO : VICENTE DA COSRA SOUSA
ADVOGADO : NAILTON DE ARAÚJO LIMA - DF007541

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. OMISSÃO NA SENTENÇA. INOCORRÊNCIA. PRELIMINAR REJEITADA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA. SÚMULA Nº 150 DO STF. EXECUÇÃO INICIADA SOB A ÉGIDE DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO. PEDIDO DE DESISTÊNCIA. HOMOLOGAÇÃO. REINÍCIO DO PRAZO PRESCRICIONAL. VINTE ANOS. VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. ART. 2.028. REGRA DE TRANSIÇÃO. APLICAÇÃO. INCAPACIDADE RELATIVA. CURSO REGULAR DO PRAZO. PRETENSÃO EXECUTIVA PRESCRITA. SENTENÇA MANTIDA.

1 - Verificando-se da sentença que as matérias debatidas pelas partes foram examinadas em sua integralidade, de forma clara, lógica e coerente, não há de se falar em omissão.

2 - Considerando que não há lei que estabeleça prazo prescricional específico no que tange às ações de reintegração de posse, aplica-se o prazo genérico de 20 (vinte) anos para as pretensões de natureza pessoal, segundo o constante no art.

177 do Código Civil de 1916, vigente à época da propositura da ação.

3 - Com o advento do Código Civil de 2002, aplicar-se-ão os prazos da lei anterior, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do

tempo estabelecido na lei revogada, deve ser aplicado ao caso o prazo estabelecido pelo art. 205 do novo ordenamento, qual seja, 10 (dez) anos.

4 - No termos do já revogado inciso I do artigo 169 do Código Civil de 1916 (inciso I do artigo 198 do Código Civil de 2002), contra os absolutamente incapazes não corre o prazo da prescrição. No caso, ocorrido o lapso temporal de mais de 12 (doze) anos entre o advento da incapacidade relativa da Exequente e a propositura da nova execução, consumada a prescrição da pretensão executiva.

5 - Os honorários advocatícios devem ser fixados com base na que dispõe o CPC/2015, uma vez que a sentença foi proferida já sob a sua égide. Indevida a redução dos honorários de sucumbência quando o Juiz, atendendo às circunstâncias específicas do caso, fixou os honorários no patamar mínimo de dez por cento (10%) sobre o valor da causa, em conformidade com as balizas insculpidas no § 2º do art. 85 do CPC.

Apelação Cível desprovida.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados pelo Tribunal de origem, adotando-se a seguinte ementa:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. CARÁTER MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIO. MULTA PREVISTA NO § 2º DO ART. 1.026 DO CPC. APLICAÇÃO. ACÓRDÃO MANTIDO.

1 - "Omissão" é a ausência de abordagem sobre questão debatida nos autos e necessária para a formação do silogismo.

2 - Examinada a controvérsia recursal em sua plenitude, de forma clara, coerente e logicamente fundamentada, não há falar em vício que autorize a integração do acórdão, nos termos do artigo 1.022 do CPC, pois que o Embargante pretende é a interpretação dos fatos e do direito vindicado de maneira que venha atender aos seus próprios interesses, o que ultrapassa os limites que autorizam o acolhimento dos Embargos de Declaração, que apenas se destinam a esclarecer obscuridade ou eliminar contradição (inciso I), suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento (inciso II) ou corrigir erro material (inciso III).

3 - Constatado o caráter manifestamente protelatório dos Embargos de Declaração, aplica-se a multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC.

Embargos de Declaração rejeitados.

Nas razões do especial, aponta a parte agravante violação aos artigos 169, I, e 177 do Código Civil de 1973; 884 e 2.028 do Código Civil de 2002; artigo 20, § 4º, do CPC/1973; 85 § 8º, 1.022, II, 1.029, § 5º, e 1.026, § 2º, do CPC/2015.

Sustenta que o prazo prescricional não corre enquanto o feito não for arquivado definitivamente.

Da análise dos autos, observo que suas alegações de ofensa à lei federal não merecem prosperar.

Anoto, preliminarmente, que a questão federal foi decidida de modo suficiente, motivo pelo qual rejeito a alegação de ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil.

De início, observo que o Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, apurou a ocorrência da prescrição, assim se pronunciando:

[...]

Assim, o prazo prescricional que reiniciou em 10/01/1998, passou a ser de 10 anos. Ajuizada nova execução do julgado em 08/07/2002 (fls. 79/82), agora sob a forma de cumprimento de sentença, o pedido foi liminarmente indeferido pela decisão de fl. 93, da qual as partes não recorreram, de modo que a prescrição continuou seu curso regular. Frise-se que o prazo prescricional somente pode ser interrompido uma única vez, por expressa determinação legal (art. 202, caput, do Código Civil). (...)

Impende registrar que a fundamentação ora exposta não tem o condão de anular o decidido à fl. 158, mas tão somente reforçar a ocorrência de prescrição no atual pedido de cumprimento de sentença, manejado em 07/01/2016 (...)

[...]

O acolhimento das razões do recurso especial, a fim de demover as conclusões da Corte de origem e, com isso, descaracterizar a prescrição, demandaria reexame de matéria fática, o que esbarra na Súmula 7 do STJ.

Melhor sorte não colhe o recurso quanto à apontada violação ao artigo 85, § 8º, do CPC/2015, pois é firme a jurisprudência do STJ, no sentido de que "Em sede de recurso especial, não é possível rever os critérios adotados pelo julgador na fixação dos honorários advocatícios, por importar o reexame de matéria fático-probatória." (AgInt no AREsp 1162726/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 9/3/2018).

Tampouco reúne condições de transitar o inconformismo lastreado no suposto vilipêndio ao artigo 884 do Código Civil/2002, uma vez que tal dispositivo legal,

a despeito da oposição dos competentes embargos de declaração, não foi objeto de decisão por parte da Turma julgadora, ficando caracterizado o desatendimento ao indispensável prequestionamento - enunciados 211 da Súmula do STJ e 282 da Súmula do STF.

Por fim, a incidência do óbice do enunciado n. 7 da Súmula do STJ impede a análise do recurso especial quanto à alegada violação do art. 1.026, § 2º, do CPC/2015, visto que demandaria o reexame dos fatos e provas dos autos de modo a apurar se a oposição dos embargos de declaração teve caráter protelatório ou não. Nesse sentido: AgInt no REsp n. 1.691.238/AM, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 10/4/2018, DJe 28/5/2018; AgInt no AREsp n. 1.243.438/MG, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 22/5/2018, DJe 4/6/2018; e AgInt no AREsp n. 252.054/SP, Rel. Ministro Lázaro Guimarães (Desembargador convocado do TRF 5ª Região), Quarta Turma, julgado em 15/5/2018, DJe 21/5/2018.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora